



Resgate da memória e representações da história em *Narradores da sobrevivência*, de Nelson Saúte¹

Inara de Oliveira Rodrigues*
Silvia Niederauer**

Resumo: A partir da análise de *Narradores da sobrevivência* (2000), romance de estreia do escritor e poeta moçambicano Nelson Saúte, discute-se as estratégias narrativas acionadas por um autor/narrador que, testemunha de um momento crítico da história de Moçambique - os anos violentos da guerra civil que se seguiu ao processo de independência do país - coloca em evidência a necessidade do resgate da memória e da reflexão sobre a história recente de seu povo. Nesse processo de escrita, sobressai a dimensão ética da elaboração estética, reinscrevendo a possibilidade de se escrever/contar a dor e o absurdo da banalidade da morte como espaço emancipatório.

Palavras-chave: História e ficção; tipologias do narrador; dimensão autoral; literatura moçambicana contemporânea.

Abstract: From the analysis of *Narradores da sobrevivência* (2000), the first novel of the Mozambican writer and poet Nelson Saúte, we discuss the narrative strategies activated by an author/narrator that, witness of a critical moment in the history of Mozambique - the violent of years civil war that followed the independence process of the country - put in evidence the necessity of rescuing the memory and of a reflection about the recent history of his people. In this writing process, the ethical dimension of aesthetic development is emphasized, which restores the ability to write/tell the pain and the absurd of the banality of death as an emancipatory space.

Keywords: History and fiction; narrator typologies; authorial dimension; contemporary Mozambican literature.

[...] foi a literatura que “nos” informou sobre as sensibilidades discordantes do discurso oficial [...], as vozes em dissenso, as visões menos monocores, menos apologéticas e menos subservientes ao poder político. (MATA, 2007)

*Narradores da sobrevivência*², primeiro romance do escritor e poeta moçambicano Nelson Saúte, lançado em 2000, apresenta como temática central a situação de Moçambique

¹ Artigo desenvolvido a partir das ações do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Literaturas Lusófonas, sediado na PUCRS, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Maria Luiza Ritzel Remédios.

* Doutora em Teoria da Literatura. Professora do Curso de Letras e do Programa de Mestrado em Letras, Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA).

** Doutora em Teoria da Literatura. Professora do Curso de Letras do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA-RS).

² Lisboa: Dom Quixote, 2000. Todas as referências ao romance foram retiradas dessa edição, passando-se a indicar apenas os números de páginas respectivas. Mantivemos a grafia original do texto.

durante a guerra civil, que se seguiu ao processo de independência do país - 25 de junho de 1975. De forma cortante, a narrativa revive esse tempo dramático:

Os anos oitenta foram anos dramáticos. Foi o tempo em que experimentamos a miséria mais abjecta em termos materiais. Onde os homens despojaram-se da sua humanidade e vestiram a bestialidade oculta na sua personalidade. Foram os anos da morte, da violência das armas que em humanas mãos serviram para destroçar os mais belos projectos igualmente humanos que havia entre nós e reduzir o homem moçambicano à condição de coisa nenhuma (SAÚTE, p. 141).

Ao se propor a narrar essa conturbada fase da vida de seu país, como nos informa no trecho acima citado do *post-scriptum*, sintomaticamente datado de 25 de junho de 2000, o autor/narrador explicita seu intento de resgatar esses “anos da nossa desgraça individual e colectiva”, e que lhe causam comoção lembrar: “porque em tudo em que eles representavam havia uma pureza que minhas palavras não têm competência para nomear. *E agora que os homens se vestem dos agasalhos da amnésia para atravessar as ruas, vale a pena recordá-los*” (SAÚTE, p. 144 – grifos nossos).

Entre outras, essa questão de resgate, de não deixar cair no esquecimento (“nos agasalhos da amnésia”) um período tão difícil para os moçambicanos, torna inescapável a problematização de quem “fala” no romance, a começar pelo destaque de seu título: quem são – quem pode ser – os narradores da sobrevivência? Antes de passarmos a esse ponto, entretanto, esclarecemos o nosso entendimento sobre o termo autor, conforme o “recorte” que julgamos mais apropriado para esta análise: por certo, não se trata do indivíduo empírico, mas do produtor de um texto em particular, ao qual nos reportamos em momentos de análise crítico-teórica, ressaltando-se as considerações de Helena Carvalhão Buescu:

O autor é um dos conceitos históricos pelos quais o leitor integra a sua atividade num processo mais vasto de transitividade social. Através do trabalho que ele permite, o ato de leitura é integrado num processo de comunicação que é, antes do mais, um ato social [...]. O autor não está, portanto, nem totalmente fora do texto nem dentro dele (BUESCU, 1998, p. 42).

Essa definição torna-se relevante por colocar em evidência o carácter eminentemente comunicacional de toda obra literária. Reconhecer a entidade “autoral” nesse processo significa prover o texto literário de uma instância que se distingue da figura discursiva do narrador — se a esse cabe a virtualidade de sentidos do universo diegético, àquele cabe a possibilidade de um “diálogo” de tendências, de proposições estéticas, enfim, da dinamização do processo literário. Por essa mesma distinção, podemos conceber a existência do autor como figura articuladora das instâncias pragmáticas (levadas a cabo pelo narrador), em que se desvelam as estratégias narrativas e as implicações ideológicas a elas concernentes (ideologia,

aqui, em sentido lato, como sistema de ideias, como visão de mundo politicamente posicionada).

Desse modo, não nos deteremos em definições outras para o caso da instância autoral desse romance, pois não se trata, por exemplo, do que Silviano Santiago define como narrativa memorialista, ou seja, aquela em que um narrador mais experiente fala “de si mesmo enquanto personagem menos experiente, extraindo da defasagem temporal e mesmo sentimental (no sentido que lhe empresta Flaubert em ‘educação sentimental’) a *possibilidade de um bom conselho* em cima dos equívocos cometidos por ele mesmo quando jovem” (SANTIAGO, 2000, p. 55 – grifos do autor). Não é esse o caso do romance de estreia de Nelson Saúte: o eu/nós que se coloca no texto se integra como testemunho de uma história que, dividida entre sete escritas do narrador, seguidas do referido *post-scriptum*, não se inscreve, entretanto, como protagonista das ações apresentadas. Podemos, contudo, aderir à noção de que essa narrativa se apresenta como espaço autobiográfico, em seu sentido mais alargado (ARFUCH, 2002), reconhecendo-se o estabelecimento de um pacto de referencialidade que se coloca no horizonte de expectativa do leitor. Com distanciamento a qualquer premissa de verificabilidade, apreende-se, no pacto de leitura, a existência de uma realidade que é contada com a verdade possível de um sujeito situado historicamente, que, contudo, não coincide com o personagem central do romance, embora se situe no texto como uma voz privilegiada, que reflete, avalia e questiona as ações narradas.

Permanece, assim, em aberto, a perspectiva crítica sobre a possibilidade de se narrar o vivido em um tempo de violência à condição humana, o que nos remete ao pensamento de Walter Benjamin sobre a questão do narrador em tempos de crise histórica. O ponto nuclear da teoria benjaminiana é a disposição de redefinir o papel da narrativa no âmbito da ficção e da história, a partir da relativização de conceitos que, no passado, serviram para distinguir as duas áreas.

Para isso, Benjamin lê a *História*, de Heródoto, identificando, na obra de historiador grego, a presença de um narrador dotado do verdadeiro dom de contar histórias construídas sob o primado do desejo de interlocução com seus ouvintes. Também ressalta a perda da tradição, relacionada ao declínio da experiência, e a concomitante tendência de desaparecimento da narração clássica. Sobre esses pensamentos, Jeanne Marie Gagnebin comenta que “a problemática da narração preocupa Benjamin desde tanto tempo – e continuará a preocupá-lo até sua morte – é porque ela concentra em si, de maneira exemplar, os paradoxos de nossa modernidade” (GAGNEBIN, 1994, p. 2).

Nas discussões trazidas em três textos - “Experiência e Pobreza” (1933), “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1935) e “O narrador” (1936), o teórico alemão manifesta sua preocupação com a narração. No primeiro desses ensaios, fornece sua concepção de experiência, que será retomada no segundo. O conceito de experiência é aí relacionado ao sentido de tradição, a qual

[...] não configura somente uma ordem religiosa ou poética, mas desemboca também [...] numa prática comum, as histórias do narrador tradicional não são simplesmente ouvidas ou lidas; porém escutadas e seguidas, elas acarretam uma verdadeira formação (*bildung*), válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade (GAGNEBIN, 1994, p. 66).

Em “O narrador”, Benjamin faz distinção entre a narrativa de tradição oral e o romance. Para ele, a primeira caracteriza a epopéia, sendo que a fase de extinção em que se encontrava frutificaria no romance. Ao observar a posição histórica totalmente diversa dessas formas artísticas, o pensador relaciona a narrativa oral com a troca de experiências vividas, onde aparece o sujeito que conta e o que ouve:

Mas se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação (BENJAMIN, 1985, p. 200).

No quarto segmento do referido ensaio, Benjamin mostra que a autêntica narrativa estaria impregnada de um senso prático ou da consciência da sua utilidade concreta na vida daqueles para quem ela se dirige. A utilidade é traduzível em formas que abarcam ensinamento moral, sugestões práticas, provérbios ou normas de conduta. A narrativa é constituída por uma proposta e postura ética, configurando-se como um princípio de ação que visa agir sobre a vida do ser humano. Em consequência, se a narração não exercitar tal dimensão prática, cai em terreno vazio e de esterilidade moral. Deve, pois, encontrar resposta na vida e nas experiências humanas, como fazia as narrativas tradicionais.

A desorientação moderna que se encontra no romance deve-se, segundo o teórico, à perda da dimensão prática. Essa ausência se traduz na incapacidade de o homem verbalizar as próprias experiências, por isso, a expressão privilegiada da experiência tradicional é a narração do moribundo em seu leito de morte. No momento de morrer, a pessoa reveste-se de uma autoridade que aproxima o mundo dos vivos a um mundo desconhecido, da ideia de que quem viaja tem muito para contar. Ao imaginar o narrador como alguém que vem de longe, Benjamin diz que os moribundos têm a autoridade que lhes é conferida pela derradeira viagem, em virtude da sabedoria particular que envolve o homem na hora da morte:

[...] como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens-visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares conferindo a tudo o que lhe diz respeito àquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade (BENJAMIN, 1985, p. 207).

Os trechos enfatizam que o saber prático é fundador da narração; identificam-se com um tipo de comunicação oral e coletiva, inserida numa temporalidade imemorial que fornece bases para a autoridade do narrador. Discutindo o narrador e a capacidade de narrar, o filósofo diz que, no mundo da escrita, raramente se encontra alguém capaz de historiar um evento. Isso se deve ao fato de que a transmissão das experiências perdeu muito de seu valor com o desenvolvimento da escrita. Em vez da tradição e da experiência, como antes, no tempo de predominância da memória e da oralidade, o da “vivência”, relacionada à existência privada e solitária. Sobre essa postura benjaminiana, Kátia Muricy considera que, nas sociedades modernas, “o declínio da experiência corresponde a uma intensificação da vivência. A experiência se torna definitivamente problemática e a sua possibilidade depende de uma construção vinculada à escrita” (MURICY, 1999, p. 194).

A perda da capacidade de narrar, da experiência e da tradição tem como expressão maior o romance, cujo aparecimento, e posterior desenvolvimento, ocorre após a invenção da imprensa, marcando o início da modernidade. Desse modo, a fonte do romance é a escrita, uma vez que seu aparecimento está vinculado ao do livro, em sua materialidade. Desvinculando-se da tradição oral, intrinsecamente ligada à transmissão das experiências de vida, o romance passa a depender do livro. O romancista vai se distanciar das vivências da coletividade em uma espécie de irredutível individualismo, do qual o romance faz-se expressão.

Em decorrência dos modos de vida da sociedade pós-guerra, intimamente ligados ao intenso ritmo de trabalho, e à falta de tempo a se compartilhar na comunidade, passa a ocorrer uma espécie de supressão da história e da experiência. Por isso, Benjamin aponta o romance como a forma da modernidade e da burguesia, a marcar a decadência da narrativa, e reconhece a perda irremediável das suas formas tradicionais em “Experiência e Pobreza“. Em outros ensaios, “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” e “O Narrador”, enfatiza o significado da salvação da memória e a importância da superação do esquecimento, salientando que o agricultor sedentário e o marinheiro são os narradores mais antigos. Entre eles, encontra-se a forma artística através da qual o narrador sabe dar conselhos e partilha seu conhecimento com os ouvintes.

Entende-se que há narrativa quando há um enraizamento do Homem ao mundo e uma pré-compreensão do mundo, da práxis, das estruturas inteligíveis, dos seus recursos simbólicos e do seu caráter temporal. A narrativa, então, enquanto fenômeno do mundo insere-se numa realidade concreta, tal como o escritor que é um ser inscrito no mundo. Por isso, a reflexão sobre os modos como acontece a representação da realidade e da história no discurso ficcional leva a uma das formas narrativas de representação da realidade e da história: a alegoria. O filósofo não aceita como algo encerrado em definitivo; pelo contrário, verifica nela uma construção de sentidos que se mesclam, provocando a diferença. Sob esse prisma, a história não é a culminância de um processo evolutivo, mas sim a reflexão sobre o passado, feito “experiência única” (BENJAMIN, 1985, p. 231).

Segundo Benjamin, a necessária reconstrução dos sentidos garantirá conservar a memória, apesar da fragmentação social contemporânea. A correspondência entre passado e presente, o antigo e o atual, pode ser construída por meio das insignificâncias, ou seja, daquilo que foi negligenciado por uma história narrada pelos vencedores. O elo entre a atualidade e os acontecimentos pretéritos reside nessas insignificâncias. Entendidas como “detalhes fora de uso”, são elas que possibilitam a criação de novas significações, porque “somente estes destroços, esses fragmentos dispersos de uma totalidade, reconhecida como sendo enganosa, deixam entrever o esboço de uma realidade” (GAGNEBIN, 1999, p. 46).

Por isso, a história pode ser recontada de outras maneiras, o que consistirá em outros sentidos a serem desvelados. A construção histórica, nunca concluída, está sujeita a novas interpretações, à reunião de seus fragmentos em outro contexto temporal. Com base no olhar benjaminiano para a História, em seus vínculos com o tempo e a narração, a literatura também pode ser compreendida por dois eixos: de um lado, é vista como espaço em que fatos passados se encontram; de outro, como narrativa/escritura. Para além da perda da experiência e da capacidade de narrar, Benjamin acredita que possa surgir um novo homem, fazendo-se imprescindível, à concretização de tal objetivo, o resgate da voz dos silenciados.

Resulta daí o papel da memória tornar-se tão relevante, pois ela é, segundo Le Goff (2003, p. 469), elemento essencial no processo de formação identitária, individual e coletiva. Seguindo-se o autor francês, a memória, embora fenômeno individual e psicológico, também está relacionada à vida em sociedade. Sua apreensão depende “do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de certo modo de apropriação do tempo” (GOFF, p. 419). E adiante potencializa o caráter político desse processo:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (GOFF, p. 426).

Considerando-se que a palavra memória origina-se do grego *mnemosyne*, e que essa última era a deusa identificada com a “mãe das musas”, divindades responsáveis pela memória-lembrança e inspiradoras da *imaginação criativa* dos artistas e poetas” (FELIX, 2002, p. 23 – grifos da autora), torna-se relevante reconhecer que a palavra poética é inscrita e inscreve esse processo da lembrança/esquecimento. Como inscrição, a escritura é, por definição, “um espaço, uma estrutura de ausência, na qual é possível inscrever (*graphein*) lugares (*topoi*) e seus tempos, espaços e suas distâncias que podem se enfrentar e se completar, numa espécie de arquitetura deslocada, fragmentada e enigmática” (RAVETTI, 2009, p. 159). Sua “decifração” pode assemelhar-se ao reconhecimento de códigos das “cartografias literárias e culturais [...] [que] mapeiam histórias e tradições em movimento, cujas versões e sentidos dependem dos referenciais de onde são enunciadas” (BITTENCOURT; SCHMIDT, 2004, p. 15).

Nas relações entre espaço e cultura, erige-se, assim, a noção de topografia da memória, entendida como lugar no qual se entrecruzam as subjetividades individuais e as referências coletivas; nesse caso, “o tratamento do espaço, a par de sua materialidade, adquire uma dimensão intensamente simbólica” (BRANDÃO, 2005). Segundo Brandão, trata-se de um espaço de identidade, marcado não apenas por convergências de interesses, valores e ações conjugadas, mas também por divergência, conflito e embate. Se, como o espaço, toda identidade é relacional, pois só se define na interface com a alteridade, é intrinsecamente político seu principal predicado.

A par dessas considerações, podemos retomar Silvano Santiago (2002) em seu texto sobre o narrador pós-moderno, a propósito de considerações sobre o conto de Edilberto Coutinho. Descontando-se a questão do gênero pelas prerrogativas apontadas, as perguntas de Santiago vêm muito a propósito do romance de Nelson Saúte: “quem narra uma história é quem a experimenta, ou quem a vê? Ou seja: é aquele que narra ações a partir da experiência que tem delas, ou é aquele que narra ações a partir de um conhecimento que passou a ter delas por tê-las observado em outro?” (SANTIAGO, p. 44). Para essas questões, uma inicial hipótese:

[...] o narrador pós-moderno é aquele que quer extrair a si da ação narrada, em atitude semelhante à de um repórter ou de um espectador. Ele narra a ação enquanto espetáculo a que assiste (literalmente ou não) da platéia, da arquibancada ou de uma poltrona na sala de estar ou na biblioteca; ele não narra enquanto atuante (SANTIAGO, 2002, p. 45).

Essa definição nos auxilia a sublinhar diferenças para o caso de *Narradores da sobrevivência*, considerando-se o posicionamento do narrador a partir da trajetória conceitual de Walter Mignolo (1996), ao estabelecer a contraposição pós-moderno x pós-colonial. Nessa perspectiva, podemos nos aliar aos contornos do que se erigia enquanto narrador pós-colonial (ISAÍAS, 2009): “o caráter relacional e coletivo, a partir da experiência vivida, lhe é central”. Assim, a experiência vivida pelo narrador/autor, permite-lhe “a tarefa de doação de voz aos silenciados da História [...]. Trata-se de um narrador que diz: Nós, ou uma multiplicidade de narradores, numa polifonia em que as vozes anônimas da coletividade encontram um meio possível e produtivo de expressão”. Esses contornos, encontramos na narrativa de Saúte, que passamos a apresentar a seguir.

A história centra-se em Marimbique, jovem recrutado pela revolução, “*ele era, afinal, filho da revolução*” (SAÚTE, p. 39), e sua mãe, Xinguavilana, que não crê na morte do filho, desaparecido desde o início da guerra: “- Morto deixa corpo. Quem disse que um morto desaparece assim mesmo? [...]; eu já me cruzei várias vezes com a morte. Todas as vezes ela deixou rasto, não é agora assim. Como se comprova que meu filho morreu?” (SAÚTE, p. 19-20).

Marimbique irá retornar a cidade natal – Maputo – com um carregamento de mortos pelos quais ele é o responsável:

O camião que Marimbique escoltava trazia a notícia mais dilacerante da guerra. Três dezenas de cadáveres: pernas, braços, intestinos, ventres, olhos, orelhas, pedaços de carne, corpos macerados. Pela primeira vez a guerra chegava à capital – marchava vagarosa com o camião que entrava na cidade ao entardecer (SAÚTE, p. 15).

Até então, a Nação, como os moçambicanos chamavam Maputo, conhecia a guerra de outra forma: racionamentos de energia e de água; agora, “chegavam o cerco, o medo, o pânico” (SAÚTE, p. 15).

Para suportar tantas desgraças, Marimbique busca na memória o alento para seguir em frente em sua missão. Acompanhado pelo silencioso motorista do caminhão, o rapaz vai tentando ordenar o sofrimento com o resto de vida que lhe cabe:

Quando atravessou o Alto-Maé acenou à Estrada da Circunvalação, deste modo ele saudava a infância. Lembrou os carnavais e os carros alegóricos que atravessavam a Avenida de Angola. Estes partiam do Largo Albasine, desciam os foliões em direção ao Bairro do Aeroporto. Todo aquele mundo labiríntico dos subúrbios acordava lembranças muito nítidas. As coisas que poderiam ter acontecido na véspera por certo deslembra. Tal é o prodígio da memória, *que nos faz recuar a tempos imemoriais e é incapaz de nos revelar uma imagem do dia anterior*. No caso, ele tinha razões mais do que razoáveis para se refugiar no tempo – ou tempo? – perdido. A infância, a adolescência (SAÚTE, p. 39 – grifo nosso).

Como em outros momentos, a inserção do narrador no narrado é parte integrante de uma reflexão feita no plural, reforçando o sentido coletivo do texto. Como neste outro trecho:

As lembranças constantes de lugares ou situações que nos tenham sido queridos denunciam que o presente pouco acrescenta às nossas vidas. Abraçamo-nos ao passado, marcados por uma vontade dilacerante de o reviver constantemente ou, de forma intermitente, momentos inolvidáveis, que já não nos pertencem, a não ser no domínio inatingível da imaginação (SAÚTE, p. 21).

Essa presença forte da reflexão sobre o peso da memória é a tônica do texto, à qual se somam relatos sobre as agruras terríveis de um tempo em que nem a morte escapa do pragmatismo exacerbado na luta pela sobrevivência: diante de tanta miséria,

[...] roupa dos falecidos serve para os vivos. Numa altura destas, prenhe de crises, como desperdiçar os farrapos dos outros, mesmo depois de se passarem para o outro lado da fronteira, lá onde habitam os sem-vida? Pela calada da noite os ladrões desenterravam aqueles que nesse dia tinham sido enterrados, desvestiam os falecidos e voltavam a pô-los na tumba na condição primeira vindo ao mundo (SAÚTE, p. 26-27).

Além disso, a guerra não trouxe apenas mortes, perdas, desgraças; trouxe a dilaceração da cultura e das tradições, que se mostram ineficientes diante de tanta dor e miséria. O mundo dos mortos revela a fragilidade a que estão expostos os sobreviventes da Nação. Com isso, há o choque com a racionalidade dos ideais pelos caminhos revolucionários pós-independência que, de certa maneira, anula as credences do povo moçambicano. A velha Xinguavilana é representativa dos que, por acreditarem nos valores propostos pela revolução, deixa de lado o que os curandeiros (nyangas) previam. Marimbique, seu filho, foi um dos que não cumpriu com o que a crença mandava fazer e, por isso, sofre as consequências: “O filho sofrerá a vida inteira desta doença e dos maus espíritos que lhe assombram os caminhos” (SAÚTE, p. 116). A mãe só voltará às origens religiosas de seu povo muito mais tarde: “Muitos anos depois, a velha será uma devota das consultas aos curandeiros. Mas o filho terá já desaparecido, as suas demandas pouco ajudarão a saber do seu destino” (SAÚTE, p.116-117).

A ironia, entretanto, e crítica expressa do texto, são as incongruências dos dirigentes:

Dizem até, numa altura em que os grandes não punham os pés nas igrejas nem sequer admitiram cerimônias para lembrar os antepassados, tudo isso porque a revolução era pagã, alguns, muitos destes alguns, dizem as falas populares, saíam de seus Volvos e dirigiam-se à socapa, ao velho do Aeroporto, famoso por socorrer e curar as mais incríveis inquietações (SAÚTE, p. 29).

Porém, como comenta o narrador: “a verdade é bem mais complexa. [...] O ponto é saber como viver num mundo governado pelos que estão no além e muitas vezes desgovernado pelos vivos. Isso não é questão de crenças, não é que nós acreditemos ou não, a nossa vida é assim. Ponto final” (SAÚTE, p. 119-120).

Grave, contudo, eram os comuns desmandos e a intensa vigilância imposta à população. Ao saírem às ruas, os patrulheiros revistam todos, solicitando os mais descabidos documentos, operação que ficou conhecida como “Operação Tira-Camisa”:

- Documentos?
- BI, cartão de residente e cartão de recenseamento!
Tinha apenas o Bilhete de Identidade, quanto aos outros nada. [...]
- Os que estão indocumentados para aquele canto. Fiquem ali em fila, tirem as camisas.
[...] Os militares ficavam à porta dos cinemas e de outros lugares de concentração dos jovens e exigiam que exibissem os papeis. Pediam de preferência documentos impraticáveis. Havia aqueles que, no delírio da sua ignorância, até exigiam que os incautos transeuntes sacassem dos bolsos certidões de óbito. Quem não os tivesse ia preso. Era levado para os centros de concentração ou eram recrutados compulsivamente para a tropa. A guerra apertava. Precisava-se, com urgência de carne para canhão. (SAÚTE, p. 50).

O desengano de Marimbique, em meio a esse conturbado contexto, foi ter se apaixonado por Lindela, filha de um alto dirigente. Entrecortadas e silenciadas as versões do desaparecimento do rapaz, muitos pensaram que seu sumiço fora motivado pela gravidez da moça, que nunca revelou a paternidade da criança. E o desaparecimento de pessoas era situação comum quando prevalecia, por exemplo, além da “Operação Tira-Camisa”, a “Operação Produção”, que retirava de circulação os que eram considerados inadequados socialmente, como os bêbados ou desempregados. Por “limpeza” ou pela “carne para canhão”, o sentido de direitos civis descumpria-se em meio a outros desmandos impostos em nome dos ideais revolucionários:

Quatro barra oitenta foi uma das leis mais conhecidas no tempo da revolução, com ela se estipulava a igualdade de salários nas mesmas categorias profissionais. Em todos os sectores, o Estado intervinha. Esta prática está nos antípodas hoje. Para além dos salários, que provinham dessa lei, havia os cartões de abastecimentos que o GOAM (Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo), distribuía, sem os quais não se podia adquirir comida nas lojas (SAÚTE, p.84).

O que seguiu, ao contrário da diminuição da desigualdade, foi o descalabro da corrupção, do tráfico de influências e da politicagem, do desacerto de costumes e valores:

Muitas das padarias da cidade não faziam pão. Tinham entrado em crise. Ter pão era privilégio dos chefes, os famigerados Estruturas. Aqueles que vestiam balaicas do poder e acenavam dos seus LADA. Os LADA eram carros importados de um dos países socialistas que apoiavam a revolução. Os populares não sabiam a origem exacta dos carros protocolares, mas eximiam-se no escárneo. LADA significava, na fala de rua: leva atrás dirigente analfabeto (SAÚTE, p. 13).
[...]

Mano, como não podemos estar com o juízo fora do lugar? As búlgaras gostam dos pretos, os italianos filmam cães a fornicar as nossas filhas. Como não ficar maluco perante esta sociedade que até nos traz os mortos de Maluana para serem passeados pela Avenida Eduardo Mondlane como se fosse dia de carnaval? Tudo isto não bate certo. Fazemos parte de um terrível carnaval de estúpidos! (SAÚTE, p. 81).

Esse último comentário parte de um dos clandestinos frequentadores de bares da cidade, mas a voz do narrador retoma sua avaliação páginas adiante: “Já houve tempo em que

todos desciam às praças, empunhavam bandeiras e entoavam em grupo as vozes roucas. Agora não. O tempo é de crise. Não há, não conheço melhor, mais sólido e mais celebrado substantivo: crise” (SAÚTE, p. 123).

Torna-se interessante, neste momento, retomarmos alguns fatos da história de Moçambique para que se possa melhor reconhecer o caráter dessa crise citada pelo narrador. O primeiro deles é o início da luta armada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em 1964, então presidida por Eduardo Mondlane, assassinado cinco anos depois, e que estabeleceu um modelo socialista para o movimento pela independência.

Nos primeiros três anos da década de 1970, a FRELIMO, juntamente com movimentos de resistência e luta armada de outras colônias africanas portuguesas, como o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), foi ganhando mais espaços de conquista, ao mesmo tempo em que o governo da ditadura portuguesa entrava em declínio para ser deposto pela Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. Segundo Oesters (2005), o novo governo de Portugal negociou a libertação com todas as suas colônias africanas

[...] e no dia 07 de setembro estabelece um acordo com a FRELIMO [para a] transferência do poder no prazo de um ano. Assim, no dia 25 de junho de 1975, Moçambique obteve finalmente a sua independência, [...] com um projeto de nação moderna de tipo ocidental, importado pela elite dirigente da FRELIMO, movimento que irá conduzir o novo país (OESTERS, 2005).

De conformação marxista-leninista, a FRELIMO apoiou o movimento nacionalista contra o regime branco da Rodésia do Sul, bem como a ANC (Congresso Nacional Africano) liderado por Nelson Mandela contra o *apartheid* da África do Sul. Como reação, o governo rodesiano, bem como o sul-africano, fomentou um movimento de guerrilha, a MNR/Renamo: “A adesão de parte da população à Renamo transformou essa agressão externa numa guerra civil que durou 16 anos, fazendo de Moçambique um dos países mais pobres do mundo” (OESTERS, 2005).

Em meio ao agravamento da situação do país, cujas iniciativas estatizantes não surtiram o efeito desejado, ocorreram conquistas importantes de território pelas forças reacionárias da RENAMO, levando Moçambique a uma situação insustentável. O governo, então, aderiu a um acordo com o FMI, em 1987, abandonando o projeto socialista, mas o acordo de paz só foi assinado em outubro de 1992, pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama. Pelo acordo, formou-se uma força internacional com mediação da ONU, a ONUMOZ, que garantiu um exército unificado até a organização e realização das primeiras eleições gerais, em 1994, quando Moçambique já

havia adotado o sistema pluripartidário, sendo vencedores os membros e seguidores da FRELIMO.

No romance de Saúte, os horrores de todo esse sofrido processo ganha um dos seus momentos mais agudos no capítulo em que, na família de Lindela, ficam a saber da morte do presumível pai de seu filho (fato que é devidamente explicado, a morte de Marimbique, somente no capítulo seguinte):

A mãe de Lindela foi à cozinha, deu as ordens que tinha que dar aos empregados, [...] todos remunerados pelo erário público, e regressou para espreitar a reacção do neto que acabara de saber que também ficara sem pai. Foi quando ela ouviu a frase mais estranha da sua vida vinda da boca do pequeno, que se orgulhava para os seus primos:
- Agora, somos todos órfãos, yê! (SAÚTE, p. 128-129).

Na “Última escrita do narrador”, passamos a conhecer o destino de Marimbique: “Ele morrera vítima da outra emboscada desta guerra. Contraíra uma estranha doença” (SAÚTE, p. 132). O país devastado, cujos horrores fogem ao alcance do aceitável e compreensível, fragmenta-se quase até a ruína. Se tudo é ruína, é sobre ela que mãe e filho se encontrarão: Marimbique termina sua vida em um hospital e a velha mãe, Xinguavilana, deixa a vida sem ter reencontrado seu filho. Os cortejos de seus enterros os levam à sepultura, derradeiro local de encontro dos dois:

Outra vez eles cruzaram-se, agora nas campas, lado a lado. Definitivamente. Não havia como evitar que se encontrassem. O dia estava-lhes reservado a este encontro na morte, descerão à terra e residirão lá nos lugares onde acoitam os antepassados, ao mesmo tempo quase, e em talhões gêmeos por assim dizer (SAÚTE, p. 139).

O referido *post-scriptum* que se segue parece, por fim, um derradeiro momento também para a tentativa de algum reencontro: o do autor/narrador consigo mesmo. Seu intento parece ser o de dar um ‘norte’ a si próprio, pois que é a voz que pensa e opera, por meio do refletir, os sentidos que as transformações políticas, sociais e culturais trarão a seu povo, objeto maior de sua preocupação: “Eu guardo essas imagens lancinantes. Como guardo a memória das vozes. Das vozes que enchiam as madrugadas das nossas vidas desencontradas” (SAÚTE, p. 142).

Desse modo, ao contrário da atual “pobreza da palavra escrita enquanto processo de comunicação” (SANTIAGO, 2002, p. 56), o narrador pós-colonial reconhece “sim, ‘utilidade’ e ‘riqueza’ na comunicação e na visibilidade de suas circunstâncias de enunciação – em nome de certo tipo de emancipação” (CARVALHO, 2009, p. 10). Por isso a importância da história se faz tão presente nos textos, reconfigurada, refletida por diferentes vozes. E, assim, retomamos a epígrafe deste texto, ampliando-a:

O ponto de partida desse protocolo de transmissão de ‘conteúdos históricos’ é a ideia de que o autor – em pleno domínio de suas responsabilidades sobre o que diz, ou faz as suas personagens dizerem – psicografa os anseios e demônios de sua época, dando voz àqueles que se colocaram, ou são colocados, à margem da ‘voz oficial’: daí poder pensar-se que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura (MATA, 2007, p. 29).

Importa considerar que essa “voz oficial”, no caso do romance de Saúte, encontra-se atravessada pelos jogos de poder herdados do passado colonial. Assim, sem se deixar de reconhecer os equívocos mais mal ou bem intencionados, mesmo sem nenhum tipo de condescendência com as elites dirigentes e seus acólitos, pelo contrário, rememorando de forma “lancinante” um tempo de horror e absurdo, esse narrador/autor afirma que os anos oitenta, em Moçambique, foram “anos de uma enorme quimera. Foi uma promessa que não se cumpriu *mas cuja vivência, mesmo no estado ilusório de sua condição, terá valido para a minha geração*” (SAÚTE, p. 141 – grifos nossos). Desse modo, a palavra se torna possível pela necessidade de compartilhar experiência: sobreviver tem o sentido não apenas de subsistir, mas também de continuar, persistir - a tarefa da “moçambicanidade”, para ficarmos com um termo caro a Mia Couto, outro autor tão importante de Moçambique, parece ser um desafio a instigar reflexões e ações nos paradoxais tempos de nossa contemporaneidade.

Referências

- ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: _____. *Magia e Técnica, arte e política* – ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Textos escolhidos; v. 1). p. 114-119.
- BITTENCOURT, Gilda; SCHMIDT, Rita Terezinha. Apresentação. In: _____. MASINA, Léa (Orgs.). *Geografias literárias e culturais: espaços/temporalidades*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BRANDÃO, Luis Alberto. “Cultura e espaço na Teoria da Literatura”. *Via atlântica*, n. 8. dez/2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlc/posgraduacao/ecl/pdf/via08/Via%208%20cap05.pdf>>. Acesso em: jan/2009.
- BUESCU, Helena Carvalhão. *Em busca do autor perdido* - Histórias, concepções, teorias. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 42.
- CARVALHO, Isaías Francisco de. *O narrador pós-colonial*. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-19.pdf. Acesso em mar./2011.
- FELIX, Loiva Otero. “Política, memória e esquecimento”. In: TEDESCO, João Carlos. *Usos e abusos da memória*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, Campinas: UNICAMP, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

MATA, Inocência. “A crítica literária africana e a Teoria Pós-colonial – um modismo ou uma exigência?”. In: _____. *A literatura africana e a crítica pós-colonial – reconversões*. Luanda: Nzilla, 2007. p. 27-45.

MIGNOLO, Walter. “La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales”. *Gragoatá*. Niterói: EDUFF, nº 1, 2. sem. 1996.

MURICY, Kátia. *Alegorias da dialética – imagens e pensamento em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

OESTERS, Christoph. “Figuras do outro: identidades pós-coloniais no romance moçambicano contemporâneo”. Disponível em: <http://www.libsearch.com/view/537709>. Acesso em abr./2011.

RAVETTI, Graciela. *Topografias da cultura*. Representação, espaço e memória. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SAÚTE, Nelson. *Narradores da sobrevivência*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.